

MUNICÍPIO DE SABROSA

CONTRATO N.º 36/2017

No dia vinte e cinco de julho do ano de dois mil e dezassete, celebram o presente contrato de Empreitada "Reabilitação de Depósitos de água de Pinhão Cel e Donelo", os seguintes outorgantes,

Primeiro outorgante, **Município de Sabrosa**, entidade equiparada a pessoa colectiva número cinco, zero, seis, oito, dois, quatro, nove, quatro, dois, representada por Domingos Manuel Alves Carvas, natural de Sabrosa, Concelho de Sabrosa, Cartão de Cidadão nº 05838034 5ZW7, válido até 12/12/2021 e residente em Sabrosa, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, no uso dos poderes concedidos do anexo I, da alínea a), do n.º1, do artigo 35.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e,

Segundo outorgante, **Ecofirma – Gestão do Ambiente, S.A.**, pessoa colectiva n.º 503850128, com sede na Rua Soldado Manuel Pinheiro Magalhães, 16 – lote B3 Parque Industrial de Adaúfe, Braga, com o capital social de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), neste ato legalmente representada por João Manuel Sousa Fernandes da Fonseca e Silva, titular do cartão de cidadão nº 8541235, válido até 26/04/2020, conforme documentos em anexo (fotocópia da certidão comercial).

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente contrato tem por objecto a empreitada "Reabilitação de Depósitos de água de Pinhão Cel e Donelo", tendo como referência as condições patenteadas no anúncio de procedimento, caderno de encargos, programa de procedimento e proposta aprovados.

Cláusula 2.ª - Local da execução de empreitada

A empreitada do presente contrato é prestada pelo segundo outorgante nas localidades de Pinhão Cel e Donelo.

Cláusula 3.ª - Preço e condições

O valor total da adjudicação é €16.623,17 (dezasseis mil e seiscentos e vinte e três euros e dezassete cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no qual se inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 4.ª - Duração e renovação do contrato

O contrato terá início na data de assinatura do auto de consignação e pelo prazo de 40 (quarenta) dias.

Cláusula 5.ª - Responsabilidade do primeiro outorgante

O Primeiro Outorgante, nos termos da proposta apresentada pelo Segundo Outorgante obriga-se a manter as condições do presente contrato.

Cláusula 6.ª - Obrigações do segundo outorgante

O Segundo Outorgante obriga-se a executar a empreitada "Reabilitação de Depósitos de água de Pinhão Cel e Donelo", de acordo com as condições definidas no anúncio, caderno de encargos e programa de procedimento aprovado e em respeito pelo preço contratado.

Cláusula 7.ª - Cessão da posição contratual

O Segundo Outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização do primeiro outorgante.

O segundo outorgante assume plena responsabilidade pela empreitada "Reabilitação de Depósitos de água de Pinhão Cel e Donelo", sendo, portanto, o único responsável pelos mesmos perante o Primeiro Outorgante.

Cláusula 8.ª - Sigilo

O Segundo Outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento, relacionadas com a actividade do Primeiro Outorgante.

Cláusula 9.ª - Casos fortuitos ou de força maior

Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 10.ª Rescisão do contrato

O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

Cláusula 11.ª - Caução para garantir o cumprimento das obrigações

De acordo com o estipulado no nº 2, do artigo 88º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não há lugar à prestação de caução por parte do Segundo Outorgante.

Cláusula 12.ª – Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Mirandela

Cláusula 13.ª – Prevalência

Consideram-se como condições a observar na empreitada "Reabilitação de Depósitos de água de Pinhão Cel e Donelo", as expressas no contrato, no caderno de encargos, programa de procedimento e na proposta que foi apresentada pelo Segundo Outorgante.

Em caso de dúvidas prevalece, em primeiro lugar, o texto do presente contrato; seguidamente, os caderno de encargos e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 14ª – Legislação aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de janeiro, e pelas alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, e restante legislação aplicável.

Cláusula 15ª – Menções financeiras obrigatórias

O encargo inerente ao presente contrato resultante desta empreitada será suportado por conta do orçamento municipal para o corrente ano, com a identificação a que corresponde a classificação orgânica zero um zero dois – Câmara Municipal e classificação económica – zero sete zero um zero quatro zero sete, Bens Dominio Público – Captação, Tratamento dis. Água. Plano (2010 I 14).

As despesas resultantes deste encargo ficam registadas pela requisição nº 1038/2017 efetuado com base no cabimento 2017/451.

Cláusula 16ª – Disposições finais

Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

A presente procedimento de empreitada foi iniciado pelo processo nº 3093/16 de 26/04/2016, e autorizada por despacho do Sr. Vice - Presidente de 26/04/2016, ajuste directo ADG/27/2017, ACINGOV e adjudicada pelo Sr. Presidente a catorze de julho do ano dois mil e dezassete.


A minuta do presente contrato foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de catorze de julho do ano de dois mil e dezasseis;

1. O presente contrato está dispensado da fiscalização prévia do Tribunal de Contas nos termos do artigo 48.º da Lei n.º98/97, de 26 de agosto, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º48/2006, de 29 de agosto, Lei n.º35/2007, de 13 de agosto, e Lei n.º3 -B/2010, de 28 de abril, conjugado com o artigo 130.º da Lei n.º42/2016, de 28 de dezembro (Orçamento do Estado para 2017).

Isento de imposto de selo nos termos da Lei 150/99 de 11 de setembro, na sua atual redacção.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.

Pelo Primeiro Outorgante,




Sabrosa, 25/julho/2017

O Oficial Público

João Areias,

Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial



Pelo Segundo Outorgante,
Ecofirma Gestão do Ambiente S.A.

Rua Sá de Meneses Pinheiro Mangualdes, 16
Lote B3 - Parque Industrial de Adufe
4710-167 Adufe - Braga - Portugal
Fax: 253 675 720
Tel.: 253 675 818
www.ecofirma.pt // E-mail: ecofirma@ecofirma.pt